



Exmo. Sr.  
Chefe do Gabinete de S. Exa.  
o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares  
Eng.º Nuno Araújo  
Palácio de S. Bento (AR)  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1849/2017 ENT.: PROC. Nº: 2.7/2017.9	18-07-2017

**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta 4572/XIII (2.ª) “Alegada fuga de informação sobre o Exame Nacional de Português”.

*Caro Nuno,*

Encarrega-me S. Exa. o Ministro da Educação de lhe remeter a resposta à Pergunta 4572/XIII (2.ª) “Alegada fuga de informação sobre o Exame Nacional de Português”.

O exame nacional de Português do 12.º ano de escolaridade, enquanto avaliação sumativa externa das aprendizagens, tem como objetivo avaliar o desempenho dos alunos e certificar a conclusão do ensino secundário, além da consideração, por deliberação da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, para efeitos de acesso ao ensino superior.

Nos termos da Lei Orgânica do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE), e das Normas e Regulamento de Exames do Ensino Secundário, a elaboração, produção, distribuição e realização das provas de exames estão sujeitas a regras estritas de confidencialidade e sigilo. O IAVE é um instituto público de regime especial, dotado de autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira, que tem por missão, entre outras, o planeamento, a conceção e validação dos instrumentos de avaliação externa de conhecimentos e capacidades dos alunos dos ensinos básico e secundário.

No passado dia 22 de junho, este instituto apresentou uma queixa-crime ao Ministério Público relativamente a alegados factos relacionados com a fuga de informação sobre as matérias que saíram no exame nacional de Português do 12.º ano.

Encontram-se, assim, a correr tanto o processo de inquérito, por parte da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, como o inquérito-crime, por parte do Ministério Público, visando a investigação, numa primeira fase, da veracidade dos factos relatados, e numa segunda fase dos seus responsáveis, tanto no aspeto disciplinar, como criminal, não havendo ainda qualquer conclusão das investigações em curso.

Estando a decorrer as investigações, aguardamos que as mesmas sigam o seu curso e apresentem as devidas e legais conclusões.

Com os melhores cumprimentos, *e elevada consideração,*

A CHEFE DO GABINETE,

Inês Ramires